

Acórdão nº 9.227/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.862.2010-01-TCE (C/ 01 Anexo)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Manuel Urbano, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Senhor **Manoel da Silva Almeida**
RELATOR: Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Condenação. Devolução. Pagamento de multas. Abertura de Tomada de Contas Especial. Notificação.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o Senhor **Manuel da Silva Almeida** a **devolver** aos cofres do Tesouro Municipal de Manuel Urbano, no prazo de 30 (trinta) dias, devidamente corrigidas e acrescidas de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, as seguintes importâncias: **a) R\$ 48.894,87** (quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos), referente ao montante não comprovado do saldo transferido para o exercício seguinte (2010) e do saldo transferido do exercício anterior (2008); **b) R\$ 55.052,01** (cinquenta e cinco mil, cinquenta e dois reais e um centavo), referente a realização de despesas indevidas com pagamento de multas e juros por atraso no cumprimento das obrigações patronais com as contribuições previdenciárias e o FGTS, no período de abril a agosto de 2009, e **c) R\$ 5.600,00** (cinco mil e seiscentos reais), referente ao pagamento de diárias ao Secretário Municipal de Finanças, Senhor Raimundo Moraes de Oliveira, para deslocamento da sua residência até o local de trabalho; **2) aplicar multa** ao Senhor **Manoel da Silva Almeida**, com fundamento no artigo 88 da LCE nº 38/1993, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do somatório das importâncias a serem devolvidas, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Município de Manuel Urbano, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **3) abrir Tomada de Contas Especial**, nos termos do artigo 44 da LCE nº 38/1993, para apuração dos valores pagos ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Secretários Municipais, a título de subsídios, no período enfocado; **4) notificar o atual gestor** para corrigir, nas próximas edições da matéria, as falhas apuradas pela análise técnica (descritas às fls. 183/184), quais sejam: **a)** a ausência do rol dos responsáveis; **b)** as inconsistências apontadas no Balanço Financeiro e na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), em relação às contas “desincorporação de obrigações” e “incorporações de obrigações”; **c)** o empenhamento de despesas em nome da Prefeitura para pagamento de indenizações trabalhistas, aquisição de material de consumo e serviços prestados, comprometendo a transparência dos gastos públicos; **d)** a diferença entre o Relatório Sintético de Abertura de Créditos Adicionais e os dados gerados pelo Sistema SIAPC; **e)** a ausência nos demonstrativos contábeis do selo da Declaração de Habilitação Profissional (DHP) do Contador subscritor das contas, a fim de

(Acórdão nº 9.227/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

comprovar sua regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe; **f)** a existência de cheques e documentos emitidos em 2005, 2006, 2007 e 2008, ainda por compensar, conforme descritos na conciliação bancária; **g)** a diferença entre a conta “aquisição de bens”, da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), com a atualização do Inventário; **h)** a ausência do inventário total do Município; **i)** a ausência do registro das movimentações do almoxarifado na DVP; **j)** a ausência de registros na Dívida Fundada do Município do passivo previdenciário junto à Receita Federal do Brasil e de débitos do FGTS junto à Caixa Econômica Federal; **k)** a regularização dos serviços de contabilidade, mediante a realização de concurso público para contratação de profissional qualificado e habilitado para exercer tal função, visto se tratar de atividade administrativa de caráter continuado; e **5)** Após as formalidades de estilo, **encaminhar cópia** dos autos à Câmara Municipal de Manuel Urbano, a quem compete o julgamento desta Prestação de Contas, a teor do disposto no artigo 23 da Constituição Estadual. **Ausentes, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia, Presidenta do TCE/AC e o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 02 de julho de 2015

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC